

FASCISMO E NATUREZA: IMAGENS DESCONCERTANTES DA PEDAGOGIA DO SR. KEUNER¹

[FASCISM AND NATURE:
DISCONCERTING IMAGES FROM THE PEDAGOGY OF MR. KEUNER]

Ana Paula Pachecoⁱ

ORCID 0000-0001-6650-8622

Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O artigo busca analisar três das *Histórias do Sr. Keuner*, que tematizam as relações entre natureza e capitalismo, seja discutindo as relações de propriedade, exploração e dominação social transpostas ao fundo do mar, seja detectando o fim do mito do “mal natural”, ao produzir um instantâneo do assassinato de um criminoso por forças sociais que o ultrapassam. Tem-se em vista compreender as *Histórias* como um laboratório de formas na contramão de lugares-comuns, palavras de ordem e regras de comportamento do “cidadão de bem”, a fim de estudar as formas do nazifascismo que adentravam a consciência.

Palavras-chave: Bertolt Brecht; *Histórias do Sr. Keuner*; fascismo.

Abstract: The article seeks to analyze three of Mr. Keuner’s Stories, which discuss the relations between nature and capitalism, either by discussing the relations of property, exploitation and social domination transposed to the seabed, or by detecting the end of the “natural evil” myth, by producing a snapshot of the murder of a criminal by social forces that overtake him. The aim is to understand the Histories as a laboratory of forms against commonplaces, slogans and rules of behavior of the “good citizen”, in order to study the forms of Nazifascism that entered the conscience.

Keywords: Bertolt Brecht; *Mr. Keuner’s Stories*; Fascism.

¹ Este artigo é dedicado a Iumna Maria Simon, por inspirar-se em seu lindo ensaio sobre Brecht.

“Aquele que pensa não usa nenhuma luz a mais,
nenhum pedaço de pão a mais, nenhum
pensamento a mais” (B.B., “Organização”)

Na fronteira entre ensaio e ficção, entre narrativa, dito espirituoso, teatro e (um) poema, as *Histórias do Sr. Keuner*, escritas por Bertolt Brecht ao longo de trinta anos, a partir de 1926, constituem um laboratório de formas antiburguesas, guiadas pelas angulações de um personagem espírito-de-porco. Nelas, Brecht testa perspectivas, estratégias, abordagens, a fim de averiguar, no pensamento sobre o cotidiano, as raízes concretas do “ecossistema do capital” (HARVEY, 2019, p. 235) contemporâneo, que o nazifascismo viria expor². Por essa mesma época, quando começava o longo convívio com o sr. K., o autor empreendia outra experimentação explosiva de formas e linguagens, movimentando vozes de alto teor antilírico no *Guia para os habitantes das cidades*, escrito entre 1926 e 1927. Em certo sentido, pode-se pensar em pesquisas complementares, envolvendo um curto-circuito de relações entre matéria e forma, um processo de investigação, portanto, de desestabilização, estranhamento, recomposição inventiva, como era do seu feitio.

Diferentemente do *Guia*, cujo núcleo é o proletariado ou o subproletariado, as *Histórias do Sr. Keuner* partem do ponto de vista da pequena-burguesia, a camada social sobre a qual se firmou o nazifascismo. K. expõe e revira essa óptica com alguma perplexidade, muita ironia e insistência. Enquanto o *Guia* é, como formula Iumna Maria Simon, “uma apresentação de cenas proletárias em que o poeta adota o verso livre e coloquial para tratar a miséria social do proletariado alemão” (SIMON, 2017, p. 106), dos habitantes anônimos (também o subproletariado) que ninguém ouve ou nota, pondo à prova formas irregulares e agressivas; no ano em que o poeta começou a estudar a fundo a obra de Marx, as *Histórias do Sr. Keuner* parecem se situar principalmente na esfera dos hábitos, lugares-comuns e ideologias de uma nova pequena burguesia. Diferente daquela das revoluções do fim do século XVIII e primeira metade do XIX,

² Como se sabe, o Partido Nazista alemão foi fundado em 1920. Em 1922, Mussolini se torna primeiro-ministro da Itália. Hitler ascenderá ao poder em 1933.

que era composta por artesãos, lojistas etc., a camada pequeno-burguesa representada nas *Histórias* é aquela que cresceu nas primeiras décadas do século XX ligada ao desenvolvimento tecnológico e ao progresso capitalista. A saber, a camada social da intelectualidade técnica e dos servidores. No seu enalço, vemo-nos transportados a auditórios cheios, ouvimos conversas entre alunos e mestres, reflexões sobre a arte e os artistas; adentramos o raciocínio dos detentores do saber, o pensamento mesquinho dos que, em busca de “originalidade”, só constroem edifícios individuais; acompanhamos as piruetas propiciadas pela acumulação cultural, destacadamente as do sr. K.. Ouvimos histórias, pérolas, falas de servidores intelectualizados, funcionários qualificados, até mesmo filósofos e candidatos a cargos públicos na Roma e na Grécia antigas, decodificados por Keuner à luz do presente. Acompanhamos episódios que apresentam em pequenas cápsulas a irracionalidade dos oficiais, dos surrupiadores dos injustiçados, dos antípodas do pensamento e da dialética.

No conjunto de seus procedimentos – com lugar de destaque para o giro de perspectivas, a quebra da concatenação, a conclusão inesperada, o salto sobre a causalidade –, as *Histórias* reafirmam concretamente o caráter modificável de tudo, convidando à organização do pensamento. A gestualidade incessante do raciocínio do sr. K. tem por hábito tirar as coisas do lugar, dar nós, abrir espaço para caminhos e desenredos imprevisíveis, de modo a interromper o pensamento viciado e a lógica espoliadora em vigor, mesmo onde menos se espera: por exemplo, mensurando o perigo representado pela morte de um assassino, o temor de não ser modificado pela passagem do tempo, o direito à fraqueza, a desgeografização da fome, o ódio às pátrias no amor à pátria etc. etc. Daí talvez – dessa necessidade de virar a realidade de ponta-cabeça para procurar a verdade – a presença insistente das deambulações no livro, das movimentações de personagens viandantes e emigrantes em busca de abrigo (em sentido contrário e complementar, o constrangimento de quem é obrigado a receber em casa oficiais) e, principalmente, dos percursos do sr. Keuner, que se desloca não só no espaço, mas também no tempo, para colher seus exemplos e invertê-los em toda linha. Há algo do escárnio anarquista dos primeiros poemas, que também subsiste no *Guia*, como viu Iumna. Aqui, a persistência do convite à organização do pensamento se explicita, fazendo daquele primeiro traço um “anarquismo direcionado”, ao qual se junta o *gestus* do produtor de escândalos.

Desse vértice, que são os textos sobre o próprio ato de pensar – “pensar significa transformar”, sintetiza um deles – procede uma ampla gama de assuntos, ou “uma lista de questões que nos parecem totalmente irresolvidas”³, entre elas, os sentidos da cultura, o chauvinismo, a amabilidade, indagações envolvendo justiça e legalidade.

O contexto sócio-político das *Histórias* explicita-se, por sua vez, quando se tematizam os nexos entre a “natureza” e o momento presente da “civilização”, identificando-os *a partir* da lógica do inimigo. Gostaria de comentar a esse respeito três textos, para propor a pergunta sobre os significados da abordagem da natureza à maneira de um *locus* não contrastante para falar sobre o estado atual do capitalismo à época. Se o *locus amoenus* evidentemente passa a quilômetros da concretude do mundo de Keuner, também não será a natureza um *locus horribilis*, com monstros, mistérios, uma ambiência selvagem e imprevisível. No momento da pandemia que estamos enfrentando, penso que pode valer a pena recuperar os termos dos oxímoros propostos por Keuner nesse sentido. Segundo as datas prováveis indicadas pela edição das obras completas de Bertolt Brecht (Brecht, 1995), os dois primeiros textos são da década de 1940 (“Se os tubarões fossem homens”, ca. 1940, “O instinto natural de propriedade”, anterior a 1948); o terceiro que comentarei, “Sobre a escolha das bestas”, é de 1931.

Como era de se esperar, a natureza não é vista pelo mesmo prisma nem significa a mesma coisa a cada vez que aparece nas *Histórias*, donde seu desconcerto produtivo. A inquietude do provocador faz pensar justamente nas possibilidades de movimentação do que se petrificou, ou cujo caráter histórico foi elidido. Do oceano ao saber sedimentado através dos séculos, nada é imutável ou está isento de atualização crítica, nem mesmo os mitos do próprio pensamento. Revisto à luz do sarcasmo do sr. K., nem Sócrates sai igual. A insuficiência de todo conhecimento, cujo alcance dependeria de tocar o fundo sempre maior do desconhecimento, pode ter sofrido a marca do tempo e se transmutado, de motor da reflexão, em apanágio da ignorância, caso em que a melhor saída é mandar todos estudarem para saber algo. A pedagogia pouco edificante não respeita culto, devoção ou reverência. Diante do aplauso imensurável que durou dois mil anos, tornando inaudível qualquer “frase seguinte” na qual Sócrates *localizaria* o não-saber

³ “‘Já percebi’, disse o sr. K., ‘que afastamos muitas pessoas dos nossos ensinamentos, por termos uma resposta para tudo. Não poderíamos, no interesse da propaganda, fazer uma lista das questões que nos parecem totalmente irresolvidas?’” (BRECHT, 2006,p 28).

como um momento da verdade, o mais indicado pode ser exigir silêncio, dispensar a arrogância e abrir o ouvido à correção do eco irrefletido.

O pensamento é, por assim dizer, a mediação entre a natureza, a sociedade de que ela faz parte (mais do que vice-versa) e o que se reificou na falsa oposição entre uma e outra, que se já foi alguma vez verdadeira, prescreveu num mundo no qual *tudo* pode ser mercadoria. Natureza e naturalização são, no entanto, falsos cognatos, a exigir também alguma diferenciação, sob risco de dispensarmos a ideia de uma outra construção possível de “natureza”, e de “sociedade”. Por outra, desnatura e natureza também não podem se tornar sinônimos sem prejuízo.

A mais conhecida das histórias do sr. Keuner, “Se os tubarões fossem homens”, parte do inconformismo de uma menina com relação à violência dos tubarões: não se trata de questionar a existência de predadores e presas, pois seria uma bobagem, mas de perguntar pela possibilidade de haver mais gentileza, amabilidade, cortesia, no tratamento dispensado às presas pelos predadores. *Dado que* a existência de devoradores e devorados é natural, indispensável à sobrevivência do conjunto das espécies vivas, como ficariam as relações com os peixinhos, se os tubarões fossem homens? Seriam mais amáveis com aqueles que iriam indefectivelmente cevar, explorar, educar, mastigar? A imagem-resposta construída pelo sr. K. à maneira de uma pequena fábula não nega o acréscimo de amabilidade, pelo contrário. Trata, porém, de qualificá-lo, ou seja, de qualificar o qualificativo, designar seu significado concreto. A alegoria, todos lembram, é composta pela grande imagem continuada de um processo de construção de gaiolas com alimento farto para os peixinhos, “água fresca” (um *plus a mais* em pleno mar), medidas sanitárias, preservação da vida no tempo de engorda; educação e circo, para distrair e ensinar o caminho voluntário até a goela dos tubarões; moral, para o bom uso do culto ao próprio sacrifício; pintura, teatro, religião, para elevar o rastro na água. Numa palavra, a gentileza corresponde a um processo histórico de racionalização, no qual natureza marinha bruta + racionalização da brutalidade = civilização no mar. A *produção* da violência altera o produto, as temporalidades e a própria qualidade do tempo de vida, *tirando do caminho o nado livre*. A natureza não alterou seus fins (no caso, a alimentação), mas os meios agora os justificam, sequestrando o percurso entre a vida e a morte.

O oceano inóspito e estrangeiro onde vivem tubarões tornou-se a própria casa, que é, por sua vez, o seu espelho moralmente superior. Computem-se nesse reflexo os benefícios da autovigilância, somados ao fim da ideia de igualdade entre os peixinhos e à competição natural: “... os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, construtores de gaiolas etc.” (p. 54). Mais do que expor, tornando literal, a naturalização dos processos exploratórios e radicalmente opressivos, a metáfora continuada propõe uma ressignificação da própria linguagem: requalificar a barbárie significa reconhecer sua substância infensa a abrandamentos. O abrandamento, uma verdadeira intensificação, cujo par simétrico é a docilidade dos que serão mastigados, responde pela diferença que sobraria entre natureza (o mar) e desnatura (a civilização com suas atrocidades), isto é, não há bondade que contraste, antes pelo contrário, a violência *erigida em sistema*.

Não escapa porém ao leitor a determinação social da pergunta, que foi feita pela *filha da senhoria* do sr. K.. Brecht havia posto, numa primeira versão, a filha pequena de Keuner no papel de interlocutora (MELO, 2006, p. 135). A mudança alterou completamente o jogo de forças implicado no bom coração da criança. A menina pensa em *melhorar a brutalidade* – formulá-lo já dá a dimensão do despautério, menos visível no dia a dia? – contra os seres marinhos “mais vulneráveis”, designados, aliás, pelo diminutivo. Keuner concorda para discordar, vertendo a pergunta até chegar às determinações materiais da troca de papéis entre os predadores naturais e os donos do trabalho e da subjetividade alheia: *quem* são os beneficiários da melhoria?, o “salto civilizacional” dos tubarões coloca os peixinhos onde?, as alterações aliviaram ou pioraram a vida das presas? As opções são apenas duas: ou ficamos no lugar da criança mimada a quem é preciso ensinar a realidade do trabalho duro, ou concordamos que o capitalismo não mastigará com menos força a carne dos pobres.

Keuner toma o ponto de partida cartesiano, encarando capital e natureza como duas entidades separadas em sua interação causal; com uma dose a mais de gentileza, o mar *se transformaria* em uma civilização. O mar, é claro, não é uma civilização, entretanto, o leitor logo se dá conta do óbvio: a conclusão da alegoria já é realidade, pois a civilização, seu desenvolvimento histórico-tecnológico e seu direcionamento social *estão* no mar (na extração de bens, no cultivo de espécies, nos marinheiros, pescadores, petroleiros etc., nos beneficiários dos respectivos processos de extração de

mais-valia). Ou seja, a vida marinha não estava e não está livre da gentileza do processo de produção de alimentos e de outras inúmeras mercadorias que o mar, com suas riquezas naturais (na formulação que esconde o trabalho utilizado para adquiri-las), oferta aos homens. A organização de criadouros, só para ficar no exemplo mais próximo, potencializa e beneficia as dádivas de uma natureza feita para consumo humano, e as novas formas de preservação dos peixes nos oceanos implicam um modo de privatização que privilegia o capital corporativo e financeiro em larga escala. Há simetria também na outra direção da imagem: os homens já são tubarões e peixinhos, as gaiolas são às vezes metafóricas, às vezes não; a geração de mais-valia, o aprisionamento físico e psíquico, a vigilância de todo tipo são reais; o mesmo para a prédica sobre a diferença entre os peixinhos, que silenciam em idiomas diferentes, além de serem diferentes dos peixinhos dos outros tubarões, motivos suficientes para não poderem se unir. Esse caminho da alegoria é menos interessante, porque a metáfora dos predadores e das presas para designar a sociedade humana se desgastou. Seja como for, lido com mais ênfase em seu momento literal, o texto lembra que, quando o lucro define as relações econômicas e a interação entre os seres (aumentativos ou diminutivos e sem singularidade), não há efetivamente oposição ou antinomia entre natureza e sociedade.

Por outra, a provocação de K. leva a cabo a caracterização da essência do capitalismo (ensinada pela crise de 1929, pela Primeira Guerra e pela Segunda Guerra, em andamento). Numa formulação conceitual do problema, um crítico definirá assim essa substância: “um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução, no qual natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos” (HARVEY, 2019, p. 230). Isto é, existe uma unidade contraditória entre capital e natureza, assim como entre progresso, civilidade (“gentileza”), domínio e exploração, cujo modelo, por assim dizer, estaria na unidade contraditória da própria mercadoria, entre valor de uso (sua forma material e “natural”) e valor de troca (sua valoração social).

O texto imediatamente anterior, na edição brasileira da Ed. 34 das *Histórias do Sr. Keuner* (BRECHT, 2006), é “O instinto natural de propriedade”. Aqui também a operação é levar a cabo, tornando literal, para testá-lo, o princípio abstrato da ideologia.

Pescadores do sul da Islândia dividiram o mar ancorando boias no fundo. São mais apegados a esse mar do que a outras propriedades, *não naturais*, e desprezam os clientes a quem vendem sua pesca, “raça superficial e sem vínculo com a natureza”.

No resultado risível não só a propriedade e o capitalismo não são naturais; a natureza não é natureza, isto é, um *locus* originário e essencial. Keuner tira proveito das ambivalências do léxico das idealizações. Seria a natureza o contrário de processo histórico, a ponto de as modificações socialmente produzidas parecerem estrangeiras a ela? É o que sugere a cômica (estrangeira e inusitada) imagem das boias cercando as propriedades marinhas. Esta não é, claro, a posição de Keuner, entretanto, a antinomia desfeita pelo riso não deixa de sublinhar, como dissemos, o caráter *contranatural*, de limitação das potencialidades de desenvolvimento humano, individual e coletivo, da sociedade capitalista. De acordo com a maiêutica do sr. K., o inverso é também verdade: uma vez demarcadas as águas, absurdo é pensar o vínculo com a natureza como se ela fosse uma força inerente que dirigisse o mundo e os seres, tal qual nos mitos; ou, noutra variante, como se a natureza coincidissem com o próprio mundo material, um resultado predeterminado, inexorável (WILLIAMS, 2007). A piada, cercar as águas com boias – originalmente destinadas a nos manter a salvo, à tona – no fundo, é propositadamente *naïf*. Um elemento-chave de sua composição, combinando com a *distância* geográfica. Um povo de pescadores na costa sul da Islândia, lá longe, onde, entretanto, a ingenuidade em tais assuntos igualmente só é possível à maneira de uma *blague*: quem hoje, ou àquela época, sustentaria que dinheiro dá em árvore, ou em água? Por outro lado, o instinto de propriedade é perfeitamente natural quando o capitalismo está inclusive no fundo do mar. Na operação ideológica distanciada pelo riso, “*natureza*” é uma maneira de nomear o desconhecido e misterioso, o essencial e imperioso, quer dizer, no estágio do capitalismo avançado, uma alcunha para justificar e repor o que não convém reconhecer; a ela se atribuem, aliás, as catástrofes socialmente produzidas. Daí o acerto do didatismo pueril.

Nessa história, mais uma vez narrada por alguém que *observa* o sr. Keuner, convidando, portanto, ao distanciamento ou estranhamento à segunda potência, a natureza é um *espaço de acumulação primitiva*, de transformação, em mercadoria, daquilo que por excelência não é mercadoria (nos diz com clareza a imagem “dos campos de água” demarcados). Quanto resta de não-capitalismo numa sociedade capitalista? A pergunta hoje avançou, mas não parece ser menos relevante.

Àquela altura, mais do que designar o caráter planetário do capitalismo, tratava-se de reconhecer sua *vocação totalitária*, tanto no sentido de um sistema onde a

demokratia (governo do povo) não existe propriamente, pois quem governa é o dinheiro (os proprietários do fundo do mar desprezam a “raça superficial” à *qual vendem seu peixe*), como no sentido de um sistema cuja tendência histórica é ocupar todos os âmbitos da vida, do mais objetivo ao subjetivo. Keuner faz do disparate, que é sua condição histórico-prática, um método interessado: não há por princípio nenhum espaço livre da propriedade privada e de seus resultados, nem no imaginário do vasto mar. Na construção dos dois textos, a natureza é o capitalismo, além de se reduzir ou ter sido reduzida a ele. Conforme exposto pela tautologia, *que é a sua forma*, o capitalismo é o que é, estruturalmente igual a si mesmo, esteja onde estiver no mapa: seu coração pulsa na violência e, assinala Keuner, não há acordo possível com tal pressuposto (de uma perspectiva propriamente radical, nenhuma gentileza se traduz em menos opressão, espoliação ou brutalidade). Na sociedade de tubarões e peixinhos, o contrato social *funciona* e é isso mesmo a civilização que conhecemos. Não é de menor interesse na anedota a ressonância da identidade entre natureza e pátria, reativada pelo nazifascismo, e sua caracterização, feita pelo sr. K.: um beco sem saída contra o qual era preciso abrir os olhos e o raciocínio, virar de ponta cabeça as evidências e organizar formas de luta.

Se as *Histórias* não falam de um sistema originário, eterno ou invencível – a começar pelo fato das relações capitalistas serem apresentadas como construção/representação, nas duas *alegorias* – qual a particularidade histórica formalizada nessas imagens?

Brecht parece pôr o dedo precisamente na *natureza* do fascismo, isto é, em sua substância capitalista. Contra a aparência de algo inteiramente outro (de acordo com a propaganda do fascismo e do “nacional-socialismo”, do regime da superioridade da “raça mais forte” etc.), ele nos faz vivenciar a “verdadeira natureza” tal qual uma hiperbolização do funcionamento do capitalismo, que corresponde – nas imagens aqui analisadas – à organização de um mundo *sem alteridade*. Por isso, segundo a mimese imaginada por Keuner, o capital, a exploração e a dominação estão em toda parte, seja nos confins da natureza ou ali mesmo, na grande cidade, sem reconhecer limites à própria potência destrutiva (do ângulo dos tubarões, economicamente produtiva).

No calor da hora dos anos 1920⁴, o jurista marxista Evguiéni B. Pachukanis defendeu ser o fascismo uma providência emergencial de salvamento, um novo momento do capitalismo – sem alteração de seu direcionamento, de seus fundamentos ou de sua “natureza” –, o qual se reinventava para sair da crise, intensificando mecanismos de opressão e recorrendo à passagem ao ato, nas instituições *e fora delas* (retomaremos esse ponto adiante, na análise de “Sobre a escolha das bestas”). O fascismo reinventa a superestrutura política, mas as bases econômicas não se alteram. Sua novidade, ou nota específica à redundância da soberania do capital, explica o autor, *é a substituição do velho sistema de partidos políticos por organizações terroristas do capital, paramilitares (milícias) e militares*. Assim, não o enfraquecimento, mas uma majoração do poder estatal é operada pelo fascismo, na associação entre milícias e instituições estatais⁵.

O fascismo, sabemos, não dá muita importância a doutrinas, porém realiza na prática um vigoroso programa de disciplina e ordem, centrado em sentimentos nacionalistas, chauvinistas e em delírios raciais. A organização disciplinada, à maneira de uma guerra interna é, entre todas, sua grande marca. É a elas – disciplina e ordem – que o *gestus* dialético do sr. Keuner de virar tudo ao contrário, e ao contrário do contrário, responde. Por outra, a inteligência dessas narrativas parece estar no recorrente procedimento da desestabilização, no giro de perspectivas. Ou seja, em contradição com o princípio (por elas exposto) da tautologia capitalista, a desestabilização transformadora se afirma como princípio formal.

Em seus estudos, Pachukanis aposta nas fissuras ideológicas causadas pela crise do capitalismo mundial, pois os manejos repressivos, de par com a preferência dada ao dinheiro no resgate do naufrágio, repercutem nas massas à medida que as condições de vida pioram. A insatisfação é sem dúvida o material explosivo que Keuner busca multiplicar, entretanto, a atualidade e vivacidade da fórmula experimental das *Histórias* depende da combinação com o riso desordeiro e infantil, que dispensa caminhos prontos. Keuner desmonta tudo para ver do que são feitas as coisas, os hábitos, os seres

⁴ Cf., em especial, “Para uma caracterização da ditadura fascista” [1926]. In: PACHUKANIS, E. B. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

⁵ Para melhor entender o âmbito social delineado pelas histórias de Keuner, vale lembrar que o alinhamento da nova pequena burguesia, cuja vanguarda era a juventude acadêmica contra o operariado, foi a base a partir da qual o fascismo pode estabelecer sua primeira célula para na sequência fechar com a ultra-reação, com os proprietários, grupos monarquistas e com o capital financeiro, afinal produzindo uma divisão entre os trabalhadores inclinados ao socialismo e o restante da massa.

e mesmo o caráter extraordinário de alguns acontecimentos. Como vimos, não é dele a voz última dos textos, sem prejuízo de o narrador lhe ser empático. O passo teatral do estranhamento faz diferença: observar Keuner, “o que pensa” (brinca o poema a comentar na sequência), não é aprender em bloco o que diz seu pensamento, e sim capacitar-se para formular perguntas e ensaiar novos prismas para a realidade. À época, vale lembrar, esse não era um programa abstrato, sem prática política, no entanto suas condições de realização não eram fáceis (grande parte das *Histórias* foi composta durante o período de exílio, de 1933 a 1947).

Gostaria de comentar um último texto, agora pensando sobre a “natureza humana” e a “natureza” do Estado. Seu mote é uma notícia vinda um país distante, a qual, entretanto, acende o raciocínio e a preocupação de Keuner, que nela percebe a divisa de uma nova e terrível era.

“Sobre a escolha das bestas”, único poema do volume – o que já dá indício de sua centralidade entre histórias em prosa e aforismos –, explora uma outra percepção, conforme à qual o esperado (naturalizado) se frustra numa direção assustadora. As circunstâncias da morte do maior criminoso de Nova Iorque e o anticlímax do assassinato, o enterro sem mais, são para Keuner *a verdadeira grande notícia*, a indicar um novo tipo de normalização da violência e um estado difuso de intimidação. A mimese se deslocou, dos seres marinhos e de uma cultura “exótica”, para os atores sociais: o criminoso, os homens “de bem”, o sr. K. e, por fim, um poder difuso, ilegal, cuja capacidade torna insuficientes os meios à disposição do maior criminoso.

À maneira de uma piada sombria na qual ri melhor quem ri por último, o poema detecta uma inversão da ordem “natural”, ou pátria (para usar mais uma vez a sinonímia da época), na qual os criminosos são os outros. Melhor dizendo, há uma nova Ordem, que se espalha do outro lado do oceano e atinge a todos também “aqui”, onde está Keuner. Ele expressa “apenas perplexidade”, acusando recebimento de uma mensagem grave e inesperada (ou, no fio da ironia, “o que pensa” é quem ainda não tem a sensibilidade amortecida a ponto de não se surpreender). No entanto, sua perplexidade não é oposta ao pensamento, mas cheia de perguntas e ilações. Em primeiro lugar, ele sabe que não se trata de um problema alheio, estrangeiro apenas, em suma, de um evento localizado. Os versos, logo se nota, cuidam de coletivizar a questão, evitando a terceira pessoa ou tornando-a impessoal (“*se chegou a tal ponto*”, “*Os que se*

preocupam”, “*quem escapa*” etc.). Há algo de uma “justiça de mãos próprias”, maior que qualquer indivíduo, maior que o maior assassino da cidade (o autor do crime pode ser um grupo miliciano em plenos Estado Unidos democráticos, um grupo partidário, ou o próprio Estado – significativamente não há indícios de autoria, tampouco alguma pergunta sobre quem praticou o assassinato do bandido, porém não se trata de uma guerra comum entre quadrilhas). O grande assassino é vítima de assassinato “com uma baixeza trivial”.

Keuner vai palmilhando os sentidos dessa banalização do mal, sugerindo que ela não tem mais a ver com as velhas e circunscritas disputas por um poder à margem, típicas do imaginário sobre gangues. O problema agora são os tempos “de confusão”, nos quais o bandido recebe tratamento igual ao dispensado a “um cidadão qualquer”, na mira da bala, tempos nos quais ninguém mais é criminoso o suficiente para estar a salvo. A aporia é a caracterização de uma época (e não por acaso, na Alemanha onde Brecht estava em 1931, quando escreveu o poema, Hitler chegará ao poder apenas dois anos depois). A insegurança ganha uma dimensão assombrosa quando nem mesmo a vida de alguém disposto a tudo está garantida, quando nem ele “pode ter algum sucesso”. O assassinio, anônimo, representa uma nova ameaça *a todos*: “De noite, dormindo, estremecem as pessoas íntegras, banhadas de suor/ O mais leve passo as apavora/ Sua boa consciência as persegue até no sono/ *E agora* me dizem que também o criminoso/ Não consegue dormir em paz?”, grifos meus). Há um agente maior, discernível, mas oculto, irredutível a um sujeito, sendo antes um tempo-espaco: um ponto extremo, toda uma época de perplexidades (“Como (...) se chegou a tal ponto/ Que nem mesmo o criminoso está seguro de sua vida...?”, “Que tempos, esses!”).

Os versos falam inicialmente de uma figura de exceção – o maior bandido de Nova Iorque – e de uma nova regra diante da qual sua força, antes monstruosa, se reduziu a pó (foi “morto como um cão” e enterrado sem pompa nem lamento). Os tempos são terríveis, mas Brecht, no título do poema, chama a atenção para um ganho cognitivo: quando basta escolher as bestas, a suposta monstruosidade do bandido já não cola e a violência se escancara como produção social.

Para fazer frente a esse estado de coisas, o poema diz ser preciso treinamento continuado na bandidagem (“Com *apenas* um assassinato/ Não se vai adiante”, grifo meu), nos atos mais cruéis (disposição que ele diz estar hoje presente em “qualquer

um”), para em seguida dizer ser inútil tal treino, pois não mais a disposição, mas a capacidade, “a realização é decisiva!”, e nem mesmo o facínora teve meios para tanto.

Com apenas um assassinato
Não se vai adiante.
Duas ou três traições de manhã
Qualquer um estaria disposto a cometer.
Mas que importa a disposição
Se apenas a capacidade conta!
Mesmo a falta de escrúpulos não basta:
A realização é decisiva! (BRECHT, 2006, p 31)

Um tempo hostil a boas ou más intenções. Mais ainda: um cenário inabalável por ações criminosas pontuais, individuais ou de grupos à margem. Note-se, mais uma vez, a quantidade de indicativos sintáticos de impessoalidade: “não se vai”, “qualquer um”, orações com sujeitos indeterminados ou substituídos por substantivos (“a capacidade”, “a falta de escrúpulos”, “a realização”). “Qualquer um”, “o infame”, “tantos assim”, não formam mais uma subjetividade capaz de pôr fogo no coreto, muito menos um coletivo relevante. Nem mesmo o bando do *maior* criminoso reage quando ele é morto (“Tantos assassinatos/ E uma vida tão curta!/ Tantos crimes/ E tão poucos amigos!”).

A estrutura do poema dá ênfase ao enquadramento da fala de Keuner, feito durante toda a primeira estrofe. K. “expressou apenas perplexidade” ao saber do homicídio e do enterro comum. Em seguida, outras cinco estrofes cavam a notícia, buscando nexos, pois os fatos não são tudo. A moldura da fala nos aproxima de quem compõe o poema, escutando de maneira escandida, palavra a palavra, também com distância, a fala do sr. K. O percurso do raciocínio é revelador e não se resume ao desânimo final, este, aliás, distanciando pelo sarcasmo, quando Keuner, cheio de energia, se inclui na massa dos desistentes (“Diante disso”, disse o sr. Keuner,/ ‘Ficamos desanimados.’”). O enquadre da fala tem pelo menos mais um sentido: a tonalidade épica das outras *Histórias* se mantém, porém, conjugada ao canto ou ao clamor (o próprio poema) calado da população. O eu poético acompanha Keuner, acrescentando uma nota grave à perplexidade do personagem diante do sequestro da ordem pela própria Ordem. Ao *fazer versos* com a fala de K., o “eu” dá forma ao lamento que não houve, *contra o medo* que silenciou até mesmo os outros marginais. Os versos imprimem à fala essa nota de seriedade, junto ao riso, possivelmente para não deixá-lo ser confundido com uma piada catártica. Tempos de clamores engasgados ou de

sensibilidades amortecidas? O resultado é uma espécie de elegia fúnebre esfriada pelo raciocínio desperto e pelo sarcasmo de K. Algo grave aconteceu e tornou-se *visível* com a matança do matador; é preciso fazer os outros verem, *tirar consequências* do acontecimento, mesmo ainda sob o efeito da surpresa.

O poema é também uma parábola sobre o deslocamento do *status* da clandestinidade: o homicídio, a olhos vistos e sem cerimônia (no duplo sentido da expressão), do pior *bootlegger* e homicida de N.Y., rebaixado como um ser tido por insignificante – não é preciso incriminá-lo para puni-lo, basta matá-lo –, testemunha uma indistinção entre a exceção e a regra. A ameaça vai além do caso, ou da rede de bandidos de uma grande cidade, Keuner sabe tratar-se de um aviso de incêndio. A arbitrariedade pode atingir a todos os potencialmente vira-latas, sejam trabalhadores preocupados com a própria dignidade, sejam cães acostumados ao abismo, ou ainda, os que dele se destacaram, os grandes bandidos (a estes caberá cair para cima). “Sabe-se que estão perdidos/ Os que se preocupam com sua dignidade/ Mas também os que a abandonaram?/ Então quem escapa do abismo/ Deve cair das alturas?” Sob a troça realista, a nova abrangência da ameaça cabal (“estão perdidos”) reconfigura – senão o conjunto da sociedade⁶ na qual só estão permanentemente a salvo os que apontam quais serão as bestas – a situação da horda dos insignificantes, os anônimos da grande cidade, seus trabalhadores e subtrabalhadores. Se não há aberração capaz de suscitar respeito, como ficam os desalentados, a massa incógnita (“as pessoas íntegras, banhadas de suor” sobre as quais incide a preocupação de Keuner)?

Ao crime – a *eliminação* do criminoso – segue-se um verdadeiro *apagamento*. Tirando da notícia uma advertência de amplo alcance, K. conclui: ninguém está mais a salvo. O terror sobre o terror é uma potencialização – ou uma generalização – do perigo. Instaurou-se uma “confusão geral”, ele diz, uma equiparação entre a população rebaixada, trabalhadora ou não (os que *se preocupam*), e os *dispostos a tudo* para tentar algum sucesso — o denominador comum é, portanto, a sujeição à instabilidade, própria a *uma parte* da sociedade. O barateamento da vida de um marginal importante faz despencar o valor da vida ordinária no mercado. A destruição, por um poder maior, da hierarquia dos maltratados pela grande cidade, deixa todos sem chão: “Então quem escapa do abismo/ Deve cair nas alturas?”

⁶ Na *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer lembram, por exemplo, de banqueiros judeus, supostamente financiadores do comunismo, “bestas” apontadas também pelo nazismo.

Se o novo terror não chega a ser nomeado por Keuner, o autor o designa no título como algo arbitrário e brutal, que estaria em quem faz a escolha, mais do que nos “objetos”, bestas, escolhidos⁷. O pior criminoso foi ultrapassado pelos tempos e reduzido à vala comum. Se antes os pobres temiam, por um lado, o crime, por outro, a incriminação a que os tempos modernos de competição os sujeitaram constantemente, agora o perigo está em toda parte e nem o mais conhecido criminoso tem camaradas na hora da morte. Oposta à igualdade, a homogeneização não melhora a vida de ninguém: “Tantos crimes/ E tão poucos amigos!/ Se ele fosse um indigente/ Eles não seriam em menor número.”

O giro de perspectiva operado por Keuner é a porta de entrada para enxergar a nova gravidade dos fatos. Não se trata somente de um olhar “do contra”, há um deslocamento das possibilidades objetivas de atuar nesse contexto. Diante disso, de *uma reserva de mercado da violência*, o próprio sr. K. faz coro aos excluídos do poder oficial: “‘Como não perder o ânimo/ Vendo casos assim?/ Que devemos ainda planejar? / *Que crimes ainda imaginar?*’ Não é bom ter grandes exigências./ Diante disso’, disse o sr. Keuner/ ‘Ficamos desanimados’” (grifos meus).

As perguntas não reverberam apenas no sentido da acomodação, afinal Keuner se mostra disposto a tudo, menos a ela. A própria forma do seu raciocínio já é uma negação determinada da inércia. Não seria esse final – ressonância de um coro exausto, a repetir que “nada se resolve” – um convite ao planejamento e à imaginação, inclusive de modos violentos, para se fazer frente à violência do capitalismo?

Curiosamente, Brecht localiza o assassinato do assassino em Nova Iorque (no cerne do crash de 1929). Em plena democracia estadunidense, a eliminação do criminoso, uma passagem ao ato, sem formação de culpa ou processo legal (“morto como um cão”), serve de alerta a Keuner, preocupado com o curso *do mundo*. Em tempos de crescimento das premissas nazistas na Alemanha e de aprofundamento do fascismo na Itália, Brecht parece fazer questão de derrubar a antinomia absoluta entre “democracia capitalista” e fascismo, expondo os fundamentos do valor da vida no

⁷ A ambivalência da partícula “über”, “Über der Auswahl der Bestien”, semelhante à da partícula “de”, em português, “Sobre a escolha *das* bestas”, cria uma propositada mão dupla: os brutos escolhem/apontam as bestas ou são eles próprios as bestas (ao se ler na sequência, em português, um complemento nominal ou um adjunto adnominal).

capitalismo⁸. Não estou sugerindo aqui que se trate da mesma coisa, porém, também lá, do outro lado do oceano, Keuner reconhece um poder que escolhe as bestas. De alguma maneira, é como se um concorrente menor fosse eliminado na pessoa do mais célebre criminoso, o qual deixou de ser uma imagem da exceção.

O debate a respeito dos altos e baixos da atualidade de Brecht é sólido e não tenho aqui nenhuma pretensão de ensaiar uma resposta melhor do que as próprias contradições nele formalizadas. Remeto o leitor aos ensaios de Roberto Schwarz (SCHWARZ, 1999) e de Iná Camargo Costa (COSTA, 2012). Gostaria, porém, de assinalar pelo menos dois aspectos vivos das *Histórias do sr. Keuner*: 1) elas nos ensinam a reconhecer no fascismo um aprofundamento das estruturas erigidas pelo capitalismo, ou seja, a assunção da *regra* da violência social ilimitada (em oposição à ideia de ser o fascismo um momento de exceção destemperada); 2) a pedagogia de Keuner desfaz, observando o momento histórico, as ilusões de conciliação possível *dentro* do sistema capitalista, isto é, enquanto ele existir, a solução para suas crises correspondem ao aprofundamento de sua bestialidade *constitutiva*.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1996.
- BENJAMIN, Walter. Théories du fascisme allemand. Trad. Maurice de Gandillac, Rainer Rochlitz e Pierre Rusch. In: *Oeuvres II*. Paris: Gallimard/Folio essais, 2000.
- BENJAMIN, Walter. Crônica dos desempregados alemães. In: *O capitalismo como religião*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁸ Vale lembrar o título de um texto de Brecht de 1935, “O fascismo é a verdadeira face do capitalismo”. “A barbárie só chama a atenção quando o monopólio apenas pode ser protegido pela violência aberta”, escreve o autor (BRECHT, 1964).

- BENJAMIN, Walter. Conversas com Brecht: Anotações de Svenborg. In: *Ensaaios sobre Brecht*. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Boitempo, 2017, páginas início e fim
- BENJAMIN, Walter. *Werke. Grosse und kommentierte. Berliner und Frankfurter Ausgabe*. Vol. 18. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O fascismo é a verdadeira face do capitalismo. In: *Textos escolhidos da revista Twice a Year, 1938-48*. Nova Iorque, Syracuse University Press, 1964.
- BRECHT, Bertolt. *Histórias do sr. Keuner*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/brecht/1935/mes/fascismo.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- COSTA, Iná Camargo. Brecht no cativo das forças produtivas. In: *Nenhuma lágrima*. São Paulo: Expressão Popular/Nankin Editorial, 2012, p. 137-152.
- MELO, Vilma Botrel Coutinho de. A verdade, minha casa e meu carro! In: Brecht, Bertolt. *Histórias do sr. Keuner*. São Paulo: Editora 34, 2006, p 125-135.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2019.
- KURTZ, Robert. A biologização do social. Trad. José Marcos Macedo. *Mais! Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7-7-1996, p 12.
- PACHUKANIS, Evguieni B. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PASTA JUNIOR, José Antonio. *Trabalho de Brecht: breve introdução ao estudo de uma clacissidade contemporânea*. São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2010.
- SIMON, Iumna Maria. Lendo alguns poemas de Brecht com olhos de hoje. In: BRECHT, Bertolt. *Do guia para os habitantes das idades*. Trad. e comentários Tércio Redondo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017, p. 103-143.
- SCHWARZ, Roberto. Altos e baixos da atualidade de Brecht. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 113-148.
- WILLIAMS, Raymond. Natureza. In: *Palavras-chave* (um vocabulário de cultura e sociedade). Trad. Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 293-299.

Recebido em 29/11/2020

Aceito em 15/01/2021

ⁱ **Ana Paula Pacheco** é Professora do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, escritora e ensaísta. Publicou, entre outros, *Ponha-se no seu lugar!* (Ed. Ática, novela, 2020), “O fogo de palha de 68” (revista *Significação*, 2020) e “O intelectual de classe média”, no livro *Antonio Candido: 100 anos* (Ed. 34, 2018). **E-mail:** anapaulapacheco@usp.br